

PROGRAMA POLÍCIA COMUNITÁRIA

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática, por ordem de prioridade.

R: O principal objetivo é integrar a comunidade às várias instâncias governamentais e não governamentais sensibilizando os moradores do bairro no sentido de resgatar valores morais e sociais para a convivência harmoniosa buscando a melhoria da qualidade de vida local, tendo como reflexo a melhoria das questões relacionadas a Segurança Pública. Principais metas:

- Sensibilizar a comunidade para que saiba buscar soluções criativas para os problemas do seu bairro;
- Motivar participação comunitária almejando uma intensa integração social para que todos participem na melhoria da qualidade de vida; e
- Identificar as lideranças naturais para que elas perenizem a proposta.

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

R: O Projeto de Polícia Comunitária da Polícia Militar do Estado de São Paulo têm por objetivo difundir a Filosofia de Polícia Comunitária no Estado de São Paulo. A difusão da doutrina iniciou com a alteração e inclusão da matéria de Polícia Comunitária em todos os currículos escolares dos cursos de formação e aperfeiçoamento, conscientizando todos os policiais militares sobre a doutrina, da necessidade de mudanças e dos benefícios da aproximação com a comunidade em busca de parcerias que auxiliem na identificação, priorização e solução de problemas relacionados a segurança pública.

Paralelamente foram elaborados cursos e estágios à membros de diversas comunidades apresentando a doutrina e fomentando a conscientização social dessas comunidades e dos benefícios na somatória de esforços para a identificação e resolução dos problemas de segurança pública nas respectivas comunidades. Ao mesmo tempo Bases Comunitárias de Segurança e Postos de Policiamento Militar foram implantados em parceria com a comunidade em locais que apresentavam índices preocupantes de criminalidade, possibilitando que os policiais militares funcionassem como fomentadores, agregadores e coordenadores das forças vivas – lideranças comunitárias.

Experiências de outras polícias foram observadas e parcerias técnicas por meio de convênios foram firmados entre a Polícia Paulista e a Polícia Nacional do Japão, onde Oficiais em função de comando de unidades de policiamento freqüentaram Cursos de Polícia Comunitária no Japão e Especialistas daquela polícia realizaram várias visitas técnicas (desde 1999), este acordo de Cooperação Técnica entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Polícia Nacional Japonesa continua selado, até 2008, atualmente há um policial japonês a disposição da Corporação, por três anos, realizando o trabalho de análise, aperfeiçoamento e otimização do trabalho em Bases Comunitárias de Segurança, neste projeto ainda ha previsão de treinamento para policiais militares e membros da comunidade.

3. O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

R: Sim, o serviço policial é muito mais abrangente do que lidar apenas com condutas criminosas. De fato, hoje se sabe que 80% do trabalho policial está relacionado aos conflitos interpessoais e subjetivos (entre vizinhos, comerciantes, motoristas, brigas familiares, etc.) que denotam problemas de ordem social local exigindo a participação da polícia para atuar muitas vezes como juiz local, conselheiro, ouvidor e um ombro amigo. A realidade policial é conviver com os diversos problemas sociais que por vezes extrapolam a sua competência de atuação, mas continua a ser o único representante presente em todas as horas. Um dos objetivos da Polícia Militar, como um todo, é atuar na “prevenção primária”, como forma facilitadora e complementar à sua missão Institucional, já normalmente exercida. Embora a prevenção primária não seja propriamente função de polícia “in tese”, o policial, atuando e orientando a comunidade a canalizar esforços junto aos demais órgãos público, estará facilitando a

prevenção secundária. Destaca-se como fator principal de atuação do policiamento comunitário na prevenção primária, a resolução pacífica de conflitos. (prevenção primária: orienta-se no sentido de resolver as situações carenciais criminosas, a qualidade de vida é essencial para esta prevenção. Para seu êxito, há que se minimizar os agentes criminosos sociais, como desemprego, pobreza, miséria, carências na educação, problemas de infraestrutura geral, terrenos e imóveis abandonados, falta de iluminação, pavimentação, etc).

4. Identifique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

R: A Polícia Comunitária é uma filosofia, uma estratégia organizacional, enquanto filosofia deve permear todos os níveis e ser absorvida por todos os membros da Instituição Policial Militar. Enquanto estratégia deve direcionar todos os esforços, medidas e programas institucionais, nos diversos níveis gerenciais, no sentido de criar condições para que a instituição aproxime-se de seu público externo, manifesto pelas diversas comunidades, dele obtendo respaldo, cooperação, parceria, participação e informações que contribuam para a preservação da ordem pública, para a obtenção do grau de segurança pública desejada e aceitável e para a melhoria da qualidade de vida do ambiente. O público alvo do projeto são policiais militares e membros da comunidade, atualmente todos os policiais militares receberam treinamento, conhecem a doutrina e estão aptos a trabalharem no policiamento comunitário e em Bases Comunitária de Segurança. Aproximadamente 91.000 policiais militares, entre homens e mulheres fazem parte do projeto. Uma vez que a Polícia Militar está presente em todos os municípios do Estado e que toda população têm acesso direto aos serviços prestados por ela, toda a população é beneficiária indiscriminadamente.

5. Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais; de fontes privadas, de ONGs, de agências multilaterais)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

R: A Polícia Comunitária atingiu o "status" de Ação Governamental, está prevista no Programa de Policiamento Ostensivo, do Plano Plurianual do Governo do Estado de São Paulo. Dessa forma o projeto é bastante amplo, abrange todo o Estado e está diretamente ligado a inúmeras comunidades, os recursos financeiros são oriundos de diversas fontes.

Existe o incentivo internacional para a consecução do Projeto, e o principal parceiro é a JICA (Japan International Cooperation Agency) e a Polícia Japonesa, com a qual a PMESP possui convênio, não é possível quantificar os recursos, mas os investimentos são basicamente aplicados em treinamento e divulgação do Projeto de Polícia Comunitária.

Outra fonte de recursos são os convênios firmados com o Governo Federal, como a SENASP, que desde 2003 disponibiliza recursos para o treinamento, FISP e recursos do próprio Estado.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

R: Atualmente 2.881 policiais trabalham em Bases Comunitárias abrangendo 72 Municípios, sendo 19 na Região Metropolitana e 53 no Interior. Na capital as Bases estão presentes em 42 Bairros, ao todo são aproximadamente 13.000.000 de pessoas beneficiadas.

Desde 2000 foram realizados Cursos de Mobilização Comunitária, Cursos de Líderes de CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança), Palestras, Seminários, Congressos, Fóruns, sendo difundida a doutrina de Polícia Comunitária a mais de 4.000 líderes comunitários, desde então.

Em 2003, 2004 e 2005, foram realizadas diversas Jornadas Integradas da Cidadania, ações desenvolvidas pela Polícia Militar em parceria com outros órgãos públicos e entidades civis, para aproximação da Polícia com comunidades em áreas de exclusão social. Alguns resultados estão descritos na questão 12.

7. Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

R: O projeto possui uma Comissão Estadual de Polícia Comunitária, regulamentada por um Regimento Interno, a qual se reúne mensalmente na sede do Comando Geral da Polícia Militar para estudar, discutir, propor, avaliar e acompanhar atividades realizadas por unidades policiais militares com suas respectivas comunidades, fazem parte dessa Comissão 17 Associações Militares representando diversos públicos internos, 04 Secretarias Estaduais, 04 Sindicatos e diversas entidades civis dos mais variados seguimentos da sociedade, totalizando 87 entidades, dentre elas podemos citar: Associação Brasileira Interdisciplinar Holística – ABITEP; Associação do Jd Tupi e Adjacências; Associação Paulista de Defesa da Cidadania – APOC; Associação Paulista do Ministério Público; Associação Segurança e Cidadania; Centro de Referência e Apoio à Vítima; Companhia Metropolitana de São Paulo – METRO; Comunidade Evangélica Livre; Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairro – CONSABESP; Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; Conselho de Pastores do Estado de São Paulo; Conselho Estadual da Condição Feminina; Conselho Estadual da Pessoa Deficiente; Conselho Estadual de Def dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE; Conselho Estadual do Idoso; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Delegacia Geral de Polícia; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Fundação dos Rotarianos de São Paulo; Grande Loja Maçônica; Grande Oriente de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Instituto Latino Americano de Prev ao Delito e Trat do Delinqüente (ILANUD); Instituto São Paulo Contra a Violência; Movimento das Associações e Entidades de Bairro de São Paulo; Núcleo de Estudos da Violência- NEV/USP; Ordem dos Advogados do Brasil SP/ Subcomissão de Direitos Humanos; Associação Viva o Centro e vários Conselhos comunitários de Segurança – CONSEG.

8. Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

R: Toda tentativa de trabalho ou programa de Polícia Comunitária deve incluir necessariamente a comunidade. Embora a primeira vista possa parecer simples, a participação da comunidade é um fator importante na democratização das questões de segurança pública e da implementação de programas comunitários que proporcionam a melhoria de qualidade de vida e a definição de responsabilidades.

A compreensão dinâmica da comunidade é essencial para a prevenção e controle do crime e da desordem, assim como o medo do crime, pois o controle e a participação social informal (do coletivo, do grupo) é mais eficaz. A consciência é a chave, pois impede que as pessoas cometam erros nocivos a vida coletiva, mesmo quando ninguém está vendo.

O programa enfatiza os aspectos cooperativos da Polícia Comunitária: a polícia utiliza-se dos “olhos e dos ouvidos” dos residentes e usuários do bairro com a finalidade de potencializar sua capacidade de prevenir crimes e manter a ordem. Esta é a filosofia básica da maioria dos programas participativos de prevenção. Quando bem sucedidos, podem contribuir para melhorias na qualidade de vida e para um aprimoramento da capacidade dos cidadãos em desenvolver soluções para seus problemas.

O aspecto mais importante é a participação ativa do público em todos os processos: planejamento local, ações preventivas e de orientação da comunidade, avaliação dos processos e participação nas decisões de interesse coletivo. Ao invés de consertar viaturas e reformar prédios, a comunidade atua na reeducação de suas ações, na reconstrução social do bairro, ou seja, ações de caráter essencialmente preventivo. O pensamento nesta abordagem é entender que quando a polícia se relaciona com grupos de prevenção ou mobilização comunitária, está lidando com parceiros e não auxiliares ou subordinados.

9. Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is) ?

R: Na década de 80 algumas experiências de parcerias entre a Polícia Militar Paulista e a comunidade obtiveram resultados positivos e significativos no equacionamento de problemas de segurança pública, como por exemplos os CONSEGs, instituídos em 10 de maio de 1985, nessa época começaram a ser observadas algumas

experiências de policiamento realizado por algumas polícias estrangeiras, destacando-se a do Japão, em especial, o seu policiamento comunitário por meio do Sistema Koban e Shuzaicho.

A Polícia Paulista buscava, no desenvolvimento de suas atividades, uma maior interação com a comunidade, fato constatado através de inúmeras iniciativas como bombeiros nas escolas, policiamento escolar, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), Conselho de Segurança de Bairro (CONSEB), Projeto Vida (do antigo Policiamento de Trânsito).

Na época o Comando Geral da Corporação, estabeleceu metas para a Polícia Militar, incluídas no Plano Diretor, onde a visão positiva de futuro fazia-se presente através da definição de uma polícia de proteção dos direitos da cidadania e da dignidade humana, as metas organizacionais incluíam a polícia comunitária; treinamento; depuração interna; integração com outros órgãos públicos; e aumento da auto-estima do policial militar.

Em 10 de dezembro de 1997, a Polícia Militar, por meio da NOTA DE INSTRUÇÃO Nº PM3-004/02/97, regulamentou a implantação do policiamento comunitário como filosofia e estratégia organizacional por entender que a polícia comunitária era uma boa doutrina de polícia preventiva que respeita as peculiaridades próprias de cada comunidade, ajuda a promover a efetiva interação, de maneira permanente e duradoura, entre a população e a Polícia Militar; a interação de objetivos comunidade-polícia e vice-versa deve ser constantemente discutida e praticada em todos os níveis da Corporação, a partir do policial comunitário, que ajuda a buscar soluções para recuperar a vida em comunidade e conscientizar a população sobre a responsabilidade de cada um na prevenção indireta dos ilícitos.

10. Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática? Por que ocorreram?

1º - Comissão de Assessoramento para a Implantação do Policiamento Comunitário:

Em 30 de setembro de 1997 a PMESP na busca de uma sociedade menos violenta e mais consciente e estabelece parcerias, criou a Comissão de Assessoramento para a Implantação do Policiamento Comunitário para assessorar e propor medidas que viabilizassem a implantação da Filosofia de Polícia Comunitária na Polícia Militar.

2º - Implantação do policiamento comunitário:

Em 10 de dezembro de 1997, a Polícia Militar regulamentou e normatizou a implantação do policiamento comunitário como filosofia e estratégia organizacional, seus preceitos passariam desde então a participar de todas as ações policiais militares.

3º - Inserção das Matérias Pol Com e Dir Hum em todos os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento:

Desde 1998 os currículos de todos os Cursos de Formação (de Soldados, de Sargentos, de Oficiais), os Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais, Curso Superior de Polícia, todos os Estágios de Atualização Profissional (pelo qual todos os policiais, de soldados a capitães, passam anualmente com o objetivo de atualizar seus conhecimentos), passaram a contar com as matérias Polícia Comunitária e Direitos Humanos, num esforço de levar o conhecimento das citadas doutrinas a todos os membros da Corporação em todos os níveis (de execução, gerenciais e de apoio).

4º - Criação do Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos:

Em 31 de dezembro de 1999 é criado o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos que tem por objetivo o assessoramento na estrutura da filosofia de Polícia Comunitária e Direitos Humanos na PMESP. Em 2004 o Departamento passou a chamar-se Divisão de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, integrando a Diretoria de Assuntos Municipais e Comunitários, após uma reestruturação das Unidades da Polícia Militar.

5º - I Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Direitos Humanos.

Nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 1999, realizou-se o I Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Direitos Humanos. O evento foi promovido pela PMESP, com o objetivo de discutir, refletir questões e tornar conhecidas as experiências inovadoras de Polícia Comunitária do Canadá, Estados Unidos, Espanha e Japão. (Houveram ainda as edições de 2002, 2003, 2004 e 2005 do Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – todas elas propiciando intercâmbio e troca de experiências nacionais e internacionais, acrescentando conhecimentos e difundindo-os).

6º - Criação da Medalha do Mérito Comunitário:

Em 2000 é criada a MEDALHA DO MÉRITO COMUNITÁRIO, instituída pelo Decreto nº 45.214 de 19Set00 e modificada pelo Decreto 47.127, de 24 de setembro de 2002, foi criada para reconhecer, premiar e dar publicidade às ações de Policiais Militares da Ativa ou da Reserva, Organizações Militares, Cíveis ou Entidades Cíveis, Organizações Públicas ou Privadas, pelos bons serviços prestados à comunidade; os serviços relevantes

desenvolvidos junto à comunidade através de atividades sociais, objetivando a melhoria na qualidade de vida, bem como atos pessoais de abnegação e destemor no cumprimento do dever comunitário.

7º - Elaboração de Livros para a difusão da Filosofia de Polícia Comunitária:

Em 2001, são publicados 4.500 exemplares do livro “Policciamento Comunitário – Como Começar” para ser distribuído para policiais militares em formação.

8º - Participação no Premio Motorola de Polícia Comunitária:

Em 2001, a Motorola, visando incentivar, motivar e dar publicidade às boas ações de Policiamento Comunitário, criou o citado Prêmio (com edições em 2002 e no ano corrente), e a Polícia Militar do Estado de São Paulo, nas duas primeiras edições foi premiada com a terceira colocação. Na edição de 2005, estamos inscrevendo nossos projetos para concorrermos com as polícias de todo Brasil.

9º - Comissão Estadual de Polícia Comunitária:

Em 2003, a Comissão de Assessoramento para a Implantação do Policiamento Comunitário, depois da publicação de um novo Regimento Interno - RI-27-PM, a Comissão passa a chamar-se Comissão Estadual de Polícia Comunitária, e busca cada vez mais o aperfeiçoamento e consolidação da filosofia.

10º - Criação das Subcomissões Regionais de Polícia Comunitária:

O Regimento Interno, RI-27-PM, criou a figura das Subcomissões Regionais de Polícia Comunitária, nos mesmos moldes da Comissão Estadual de Polícia Comunitária, mas funcionando em nível de Batalhão em todo o Estado de São Paulo, com a vantagem de que os assuntos relacionados à Polícia Comunitária possam ser discutidos e implementados de uma forma mais particularizada e de acordo com a realidade local.

11º - Acordo de Cooperação Técnica entre a PMESP e a Polícia Nacional do Japão:

Desde 1999, a Polícia Militar selou acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Japonesa, já que aquela Corporação tem o Policiamento Comunitário calcado em Bases Comunitárias de Segurança, neste acordo policiais militares freqüentam Cursos de Polícia Comunitária no Japão e especialistas vem ao Brasil com a intenção de otimizar este tipo de policiamento.

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

- Aceitação das mudanças propostas pela Doutrina por parte dos policiais militares e da sociedade, tal aceitação esta diretamente relacionada a uma mudança de comportamento e quebra de paradigmas de ambos os lados. O treinamento e os resultados positivos têm viabilizado a cristalização e internalização dos conceitos.
- Falta de recursos financeiro e humano para serem empregados nas diversas formas de fazer policiamento comunitário e consolidar a Polícia Comunitária. O Governo Estadual e Federal têm disponibilizado recursos financeiros para a compra de equipamentos e treinamento, bem como o convênio firmado com o Governo Japonês, por meio da JICA (Japan International Cooperation Agency) também tem proporcionado recurso financeiro para treinamento. A Polícia Militar implantou a Serviço Auxiliar Voluntário, o qual tem empregado jovens para trabalhar em funções administrativas possibilitando dessa forma um remanejamento de policiais militares para as atividades de policiamento.
- Divulgação pela mídia, frequentemente os meios de comunicação são informados pelo setor de Comunicação Social sobre as atividades e projetos sociais, no entanto não observamos a publicação da maioria dessas atividades ou projetos, o que proporcionaria uma maior difusão junto as comunidades.

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

R: Em 2003 e 2004 foram realizadas Ações Integradas, ações desenvolvidas pela Polícia Militar em parceria com outros órgãos públicos e entidades civis, realizaram os seguintes serviços:

Expedição de Documentos: 15.804 Cédulas de Identidade, 7.107 Carteiras de Trabalho, 2.023 Certidões de Nascimento, 389 Certidões de Casamento, 3.739 Títulos de Eleitor, 385 Antecedentes Criminais.

Benefícios: 6 aposentadorias, 15.348 Cadastros de Emprego, 34.414 Cortes de Cabelo, 613 Cobertores distribuídos, 28.534 Agasalhos distribuídos, 7.936 Cestas Básicas distribuídas, 19.181 Atendimento Médicos, 18.763 Atendimentos Odontológicos, 899 Atendimentos Farmacêuticos, 5042 Animais vacinados.

Foi renovado no ano de 2003 o Convênio de Cooperação Técnica, firmado entre o Brasil e o Japão, no qual policiais brasileiros fazem Curso de Especialização em Polícia Comunitária naquele país (em 2003 e 2004 foram 16 policiais paulista), e a Polícia Militar do Estado de São Paulo receberá nos próximos três anos, peritos daquela polícia, com o objetivo de analisar e implementar o Policiamento Comunitário no Estado, já que o Japão é referência neste tipo de policiamento, baseado em Bases Comunitárias de Segurança.

Foram distribuídos 22 Trailers na Capital Paulista, que funcionam como Bases Comunitárias de Segurança. No período foram formados 60 policiais e Delegados em Curso de Polícia Comunitária, assim como foram formados 251 líderes Comunitários em Curso de Mobilização Comunitária.

Foram realizadas inúmeras palestras, em diversos municípios do Estado, em Seminários, Encontros e Fóruns, além de reuniões de diversas entidades da sociedade civil, sobre o assunto Polícia Comunitária e Mobilização Comunitária.

Foram impressos diversos “folders” e Boletins de Polícia Comunitária, de tiragem bimestral a fim de divulgar para os públicos interno e externo, a doutrina de Polícia Comunitária e as boas práticas neste campo.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

R: A conquista mais importante do programa é a redução dos índices criminais, resultado do trabalho de prevenção e da integração e mobilização da sociedade em parceria com a polícia militar, principalmente nas regiões onde o Projeto de Polícia Comunitária está em pleno andamento, isto pode ser constatado através do reconhecimento dos Órgãos de Imprensa, que veiculam notícias sobre a queda da violência no Estado:

A queda da violência em São Paulo foi notícia dos jornais:

- “Alkimin celebra dados do Seade que aponta 19,4% menos assassinatos” - Folha de S. Paulo de 10/06/2005.
- “Número de homicídios cai 29% no Estado de São Paulo” - Agência Estado On Line de 10/06/2005.
- “Homicídios têm queda de 40% em SP” - O Estado de São Paulo On Line de 10/06/2005.
- “Governo estadual festeja 50 dias sem homicídios no Jardim Ângela” - Diário de S.Paulo de 10/06/2005.
- “Jardim Ângela vira exemplo contra crime” - Jornal da Tarde, de 10/06/2005.
- “Homicídio cai em 31 cidades da Grande São Paulo” - Jornal da Tarde de 11/06/2005.
- “Menos homicídios” - Folha de S.Paulo, de 13/06/2005.
- “Ribeirão Preto tem maior redução de violência do país” - Globo.Com On Line de 13/06/2005.
- “Homicídios caem em 79 de 96 distritos” - O Estado de S.Paulo de 05/07/2005.

Telejornais:

- “Queda da violência no Jardim Ângela” - Jornal São Paulo Hoje de 10/06/2005.
- “53% das cidades não tem registros de violência” - TV GLOBO Bom Dia São Paulo de 28/06/2005.
- “Mapa dos homicídios em São Paulo” - TV GLOBO - SPTV - 2ª Edição de 02/07/05.
- “Mapa dos homicídios em São Paulo” - TV RECORD - Fala Brasil de 06/07/2005.
- “Segurança deixa de registrar 540 homicídios” - Agora São Paulo de 03/07/2005.
- “Violência cai em São Paulo” - TV GAZETA - Pra Você de 04/07/2005.
- “Número de homicídios” - TV RECORD - Jornal da Record de 04/07/2005.
- “Cai o número de homicídios em São Paulo” - TV BANDEIRANTES - Primeiro Jornal de 05/07/2005.

Radiojornalismo:

- “Jardim Ângela comemora 50 dias sem homicídios” - Rádio Eldorado AM - SP - Jornal Eldorado 1ª Edição de 10/06/2005.
- Rádio CBN AM - SP - CBN São Paulo de 11/06/2005.
- Rádio Record AM - SP - de 17/06/2005.
- “Queda de homicídio na região de Ribeirão Preto” - Rádio CBN AM - SP - Mais São Paulo de 24/06/2005.
- “Homicídios em São Paulo” - Rádio Jovem Pan AM - SP - Hora da Verdade de 04/07/2005.
- “Queda no número de homicídios” - Rádio Eldorado AM - SP - Jornal Eldorado 2ª Edição de 04/07/2005.
- Revista Veja: “A queda dos Homicídios” Fonte: revista Veja Editora Abril 06 de julho de 2005.

O Policiamento Comunitário também foi destaque:

- “O quadro alto de homicídios no Jardim Ângela mudou com a queda das mortes graças a trabalhos sociais e a união da polícia com a comunidade” Jornal da Gazeta (TV Gazeta) de 10/06/05.
- “Queda no índice de homicídios no Jardim Ângela” - Rádio Eldorado AM - SP - Jornal Eldorado de 10/06/2005.
- “Policiamento Comunitário conta com apoio japonês” - JORNAL DA TARDE - SP de 12/06/2005.

- “Ação focalizada reduz homicídios em São Paulo” - FOLHA DE S.PAULO de 12/06/2005.
- “Menos assassinatos” - Agora São Paulo de 13/06/2005.
- “Vida nova no bairro do crime” - DIÁRIO DE S.PAULO de 26/06/2005.
- “Políciamento Comunitário do Japão” - TV BANDEIRANTES - Jornal da Band de 27/06/2005.
- “Polícia recebe treinamento japonês” TV BANDEIRANTES – Jornal da Band de 27/06/05, “Políciamento Comunitário na zona oeste” - DIÁRIO PAULISTA - 01/07/2005, TV CULTURA de 04/07/2005.
- “Polícia Comunitária é referência” - JORNAL DA TARDE - SP de 05/07/2005.
- “Alkimin diz que número de assassinatos caiu na capital” GLOBO.COM ON LINE de 04/07/2005.
- “Queda nos índices de homicídios em São Paulo” TV GLOBO - SPTV 1ª EDIÇÃO de 04/07/2005.

14. Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

R: O programa de Polícia Comunitária possui uma enorme capacidade de se multiplicar, por atuar junto a inúmeras comunidades de diferentes regiões e características.

A organização ou mobilização comunitária significa unir questões diferentes, pessoas diferentes em objetivos comuns.

Para as organizações comunitárias, organizar significa um processo contínuo de capacitação de residentes, o incentivo à participação em decisões relacionadas à qualidade de vida. A Polícia Comunitária se baseia neste princípio.

São inúmeras as formas de multiplicar o projeto de Polícia Comunitária, dentre essas formas citamos:

- Palestras sobre variados temas conforme as necessidades locais;
- Curso de preparação de lideranças comunitárias;
- Debates em escolas envolvendo o corpo docente, administrativo e operacional (participação da escola na melhoria da segurança no bairro, relacionamento comunitários, participação da comunidade na escola etc.);
- Eventos com apresentações com o objetivo de entretenimento, ocupando pessoas ociosas e levando noções de cidadania;
- Encontros de moradores de uma rua para atividades comuns e sociais;
- Educação para o trânsito nas escolas;
- Campanhas de prevenção e orientação de pedestre e motorista;
- Semanas de prevenção à doenças;
- Semanas cívicas, de meio ambiente e de mutirões no bairro;
- Finais de semana de lazer e recreação (escolas ou outros espaços); e
- Reuniões de trabalho com as lideranças locais, os poderes públicos locais e a iniciativa privada para a adequada solução de problemas.

15. Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

R: A Polícia Comunitária têm por objetivos gerais promover a cidadania, minimizar os conflitos que envolvam as questões de Segurança Pública, aumentar a sensação de segurança e por conseqüência melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Entre os objetivos particulares podemos citar:

- buscar soluções para recuperar a vida em comunidade e conscientizar a população sobre a responsabilidade de cada um na prevenção indireta dos ilícitos;
- zelar constantemente pelo bem-estar e qualidade de vida da comunidade local;
- despertar no cidadão o interesse pela solução em conjunto, através da ajuda mútua, participação, cooperação, frente aos problemas comuns;
- instruir a população sobre os seus direitos como cidadão e como acionar o poder público para solução dos seus problemas e da coletividade;
- incentivar a participação da comunidade local nas atividades cívicas, culturais e sociais; e
- valorizar o policial militar-comunitário e a posição hierárquica e funcional do Sargento de Polícia, atribuindo-lhes áreas de competência específica.